


Antropologia Aplicada^{1,2}

E. E. EVANS-PRITCHARD
Exeter College | Oxford, Reino Unido

tradução CARMEN AÑON BRASOLIN 
Universidade de São Paulo | São Paulo, Brasil
carmembrasolin@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v31i1pe192647

Não pretendo dizer esta noite, novamente, o que já foi dito muitas vezes antes em admiráveis discursos às sociedades científicas. Proponho apenas evocar alguns aspectos importantes do assunto que têm sido comumente esquecidos ou desconsiderados e, no entanto, parecem-me importantes.

Permitam-me em primeiro lugar mencionar a confusão que frequentemente surge quando alguém pergunta se a antropologia social pode, ou deve ser, uma ciência aplicada. É evidente que não pode ser aplicada no mesmo sentido que, por exemplo, a medicina ou a engenharia são ditas ciências aplicadas, uma vez que não pode declarar suas descobertas como leis a partir das quais poderia prever eventos. Talvez ela nunca seja capaz de formular leis como estas são compreendidas nas ciências exatas. Mesmo assim, a antropologia social é um corpo de conhecimento sobre sociedades humanas e, como todo conhecimento do tipo, pode ser usada de maneira sensata para resolver problemas sociais; e certamente não há quem defenda que não deva ser assim utilizada.

Entretanto, alguns escritores encontraram dificuldade ao decidir se um antropólogo deve ele mesmo tentar aplicar seu conhecimento ou deve contentar-se em registrar os fatos e deixar outras pessoas fazerem deles o uso que puderem. Devo confessar que eu mesmo não sinto essa dificuldade. Não vejo como se pode objetar a que um antropólogo defenda determinada política ou ajude a moldar uma medida administrativa à luz do conhecimento antropológico atual. Nesses casos, em que uma quantia considerável de conhecimento antropológico é necessária para fazer um bom julgamento sobre o que deve ser feito, ou como deveria ser feito, é provavelmente a pessoa mais qualificada para fazê-lo. Tem-se objetado que julgamentos sobre o que deve ser feito implicam valores morais. Sem dúvida;

¹ A tradução aqui apresentada foi realizada no contexto da disciplina "Teorias Antropologias Clássicas", no PPGAS-USP, em 2021, sob responsabilidade da professora Beatriz Perrone-Moisés, a quem agradeço a revisão deste texto.

² Palestra dada à Sociedade Antropológica da Universidade de Oxford, 29 de novembro de 1945.



mas certamente não se exige de um antropólogo que não tenha valores morais ou que se abstenha de recorrer a eles em situações que exigem um padrão ético. Condenável é um antropólogo permitir que sua filosofia particular determine suas observações, influencie suas deduções, e dite seus problemas no campo de sua própria ciência. Dentro do campo antropológico, o antropólogo é, como qualquer outro cientista dentro de seu campo específico de estudo, obrigado a excluir valores morais porque são metodologicamente irrelevantes. Em questões práticas, onde eles são relevantes, ele é igualmente obrigado a incluí-los. Pessoalmente, não considero ser necessária qualquer acrobacia para falar por vezes como um antropólogo dentro do campo antropológico, por vezes como um antropólogo dentro de outras áreas, como as de política e administração, e, na maioria das vezes, não falar sequer como antropólogo. Mal-entendidos e autoengano podem igualmente ser evitados deixando claro não apenas a condição de quem fala, mas também o contexto.

O uso do conhecimento

Fiz algumas observações gerais para que não se pense que eu deixo de considerar algumas das questões às quais alguns colegas antropólogos atribuem mais peso do que eu. A questão que proponho examinar agora tem, para mim, de qualquer maneira, maior interesse imediato: qual é o melhor uso que um antropólogo pode fazer de seu conhecimento e, o que é praticamente o mesmo, de seu tempo? Eu sugeriria que o melhor uso do seu conhecimento é aquele para cujo propósito foi coletado, isto é, a solução de problemas científicos. O propósito da ciência é descobrir a natureza da sociedade humana e do desenvolvimento social. Um antropólogo faz pesquisa para descobrir o que puder sobre estes assuntos e o tipo de observação que faz será determinado pelos tipos de problema que formulou. Dentro de seu próprio campo científico, um antropólogo utilizará o conhecimento adquirido na pesquisa para resolver problemas antropológicos, e estes podem não ter qualquer significado prático. Pode-se considerar que é louvável um antropólogo investigar problemas práticos. Pode ser que sim, mas, se o fizer, deve se dar conta de que não está mais atuando no campo antropológico, e sim no campo não-científico da administração. De uma coisa tenho bastante certeza: ninguém pode se dedicar de todo o coração a ambos os interesses; e duvido que alguém possa investigar problemas fundamentais e práticos ao mesmo tempo. Além disso, há um grave risco de que a pressão dos interesses políticos e administrativos, e as seduções que os acompanham, possam afastar muitos integrantes do nosso pequeno grupo de investigação de problemas puramente científicos, atrasando seriamente o avanço da ciência.

Insistiria ainda mais em que o antropólogo deve restringir sua pesquisa à investigação de problemas científicos, porque o valor social da antropologia para as artes da política e da administração depende de seu avanço teórico. Na tentativa de resolver um problema social numa determinada sociedade, seu estudo será de valor muito limitado se os fatos trazidos à luz pela investigação não puderem ser interpretados referindo-se a um corpo de conhecimento mais geral. Este ponto é tão importante, e tão frequentemente esquecido,

que gostaria de salientá-lo citando a vocês uma passagem de um excelente artigo sobre antropologia aplicada, de Sol Tax: “Quando se busca aplicar conhecimento antropológico a uma determinada tribo indígena, a ciência diria que o conhecimento sobre essa tribo é menos importante que conhecimento sobre todos os indígenas, ou generalizações sobre natureza humana e sociedade. Para o administrador, isto pode ser o inverso do bom senso; mas deve ser evidente que, assim como um criador de ovelhas aplica a elas conhecimento sobre genética ovina, ao invés de conhecimento sobre sua ovelha, também o administrador aplica à tribo em questão não conhecimento sobre ela, mas sobre alguns aspectos da natureza humana.” (Tax, 1941)³

A partir deste argumento, segue-se outra razão, talvez até mais convincente, para um antropólogo se dedicar ao entendimento da natureza fundamental da sociedade humana, e não à investigação de problemas administrativos específicos que preocupam os governos coloniais na África e em outros lugares. A longo prazo, o valor da pesquisa antropológica deve estar em sua contribuição à compreensão não de sociedades primitivas e seus problemas, mas de nossa própria sociedade e problemas que – tenho certeza de que estarão de acordo – são suficientemente sérios para merecer nossa especial atenção. Afinal, estudamos sociedades primitivas apenas como meio para um fim, que é atingir um melhor entendimento de nós mesmos e de nosso próprio sistema social e, como professores, tentamos explicar aos nossos companheiros o sistema social polinésio ou da África Central, não por que esperamos que tenham qualquer interesse particular em polinésios ou centro-africanos, mas para que, por meio do conhecimento sobre eles, tenham um entendimento mais claro sobre a natureza da sociedade humana em geral e, portanto, do funcionamento de sua própria sociedade. Acontece que a Grã-Bretanha tem um império e que os estudos antropológicos têm sido, em sua maior parte, de povos primitivos, de modo que é natural que muitos de nossos atuais estudantes tornem-se no futuro administradores nas colônias, mas nós não deveríamos permitir que essa posição eventual obscureça a função real do ensino da nossa ciência. As ciências do homem devem ensinar a todos os humanos sobre a natureza de seus corpos, suas mentes, sua sociedade e sua cultura. Concordo com aqueles que afirmam, como o professor Herskovits em seu discurso de 1936 à Seção Antropológica da Associação Americana para o Avanço da Ciência, que “a dívida que temos para com a sociedade que nos apoia deve ser paga a longo prazo, por nossas contribuições fundamentais para uma compreensão da natureza e dos processos da cultura e, assim, para a solução de alguns de nossos problemas básicos.” (Herskovits, 1936:7)

Ocorre frequentemente, no desenvolvimento de uma ciência, de as questões de maior interesse científico para um estudante, e as soluções que acabam se revelando como as de maior benefício para a humanidade, serem precisamente aquelas às quais, na época, um homem de negócios daria pouca ou nenhuma importância. Consequentemente, se permitirmos que os interesses dele determinem a direção da nossa pesquisa, não apenas

³ Referência dada pelo Professor Radcliffe-Brown.

faremos um desserviço à nossa ciência, como também a prejudicaremos. Esquemas de assentamentos, dificuldades com a posse da terra, migração laboral, problemas deste tipo interessam às administrações; sistemas de parentesco, ritual e mitologia, não. Mas, além do fato — e é um fato muito importante — de que em sociedades primitivas um conjunto de problemas raramente pode ser investigado sem investigação sobre um outro, seria deplorável se problemas tão fundamentais com os quais os antropólogos sempre se preocuparam, como religião e magia, fossem negligenciados meramente porque investigá-los não promete dividendos imediatos. Todavia, isso é o que ocorrerá se permitirmos que considerações sobre utilidade guiem e limitem nossa pesquisa.

Isto importaria menos não fosse o fato de as sociedades primitivas, com cujo estudo podemos aprender tanto sobre a natureza do homem e de suas instituições, estarem desaparecendo diante de nossos olhos; em alguns casos, seus povos com elas. Não somos sapateiros ou encanadores sociais, mas homens de ciência sobre quem repousa a responsabilidade de nosso tempo de registrar o que não poderá ser registrado depois de nós. Haddon, em seu Discurso Presidencial ao Instituto Antropológico em 1903, instou-nos a "dedicar todas as nossas energias numa abrangente campanha organizada e guardar para a posteridade aquela informação que só nós podemos coletar" (Haddon, 1903:11). Durante os quarenta e dois anos desde quando ele se pronunciou, o que realizamos é lamentavelmente pouco. A colheita ainda por fazer é imensa, e os ceifeiros são poucos. O Professor Radcliffe-Brown, em seu Discurso Presidencial à Seção F da correspondente australiana e neozelandesa da Associação para o Avanço da Ciência em Brisbane, 1930, comentou que "atualmente sabemos de fato muito pouco sobre os nativos da Nova Guiné" (Radcliffe-Brown, 1930:12), e sua afirmação ainda é válida para toda a Melanésia, Austrália, e o Pacífico em geral. Desde 1925, a pesquisa especializada foi feita majoritariamente na África, mas a situação naquele continente não é melhor. O Reverendo Edwin Smith, em seu Discurso Presidencial ao Instituto Real de Antropologia em 1935, disse: "O que nós sabemos [sobre a África] ainda é pouco em comparação com o que não sabemos. Pergunto-me se meia dúzia de tribos terão sido descritas adequadamente" (Smith, 1935:77). Quando nos voltamos às terras árabes do Norte da África e do Oriente Próximo, procuraremos em vão por um único estudo sociológico abrangente baseado em trabalho de campo intensivo. A situação na Índia e no Extremo Oriente em geral é ainda mais deprimente.

Por que tão pouca pesquisa?

Eu poderia continuar o catálogo da ignorância; mas já foi dito o bastante. A razão pela qual tão pouca pesquisa foi feita é óbvia: não tem havido pessoas suficientes para fazê-las. Um estudo abrangente de uma única sociedade, mesmo de uma sociedade do tipo mais simples, por métodos intensivos de trabalho de campo, leva vários anos. Portanto, para fazer alguma diferença em relação às vastas regiões desconhecidas do mundo, é necessário aumentar consideravelmente o número de trabalhadores de campo, e isso dificilmente pode ser feito nas atuais circunstâncias. Os departamentos de antropologia nas universidades

sempre foram poucos e em geral carecem de investimentos. Aqueles que embarcaram numa carreira antropológica, portanto, não obtiveram segurança profissional, pois nenhum cientista, especialmente numa disciplina como a antropologia social, pode seguir fazendo pesquisa indefinidamente. É injusto, imprudente e impraticável lançar um aluno à pesquisa a menos que haja uma chance razoável de que ele possa ganhar a vida com isso quando a completar e, como a única maneira de ganhar a vida com antropologia social é assumir um cargo de professor, o número de pessoas envolvidas em pesquisa deve ser proporcional ao número de cargos de professor em universidades. As primeiras cátedras antropológicas na Inglaterra foram as de Tylor, como Professor⁴ em Oxford, em 1884, e Haddon, como Professor Palestrante em Etnologia em Cambridge, em 1900. Quando comecei minha carreira antropológica em 1924 existiam, penso eu, cinco cátedras nas Ilhas Britânicas dedicadas à antropologia social ou Etnologia, e uma delas (Cidade do Cabo) nos Domínios⁵. A situação melhorou um pouco. Existem mais ou menos dez cátedras nas Ilhas Britânicas e sete nos Domínios. É claro que muito pouca pesquisa pode ser realizada com base em tal limitação de números de cargos de ensino e nossa primeira necessidade hoje é a de sempre: aumentar em tamanho e número os departamentos nas universidades.

Levanto a questão das potencialidades da nossa pesquisa em parte por razões já mencionadas: o avanço da nossa ciência por meio da investigação de problemas teóricos importantes numa escala muito maior do que tem sido possível, e o registro, antes que seja tarde demais, das estruturas sociais primitivas do mundo prestes a desaparecer, mas também porque governos coloniais agora estão se mostrando mais interessados em patrocinar pesquisa antropológica em seus territórios. Atualmente não somos capazes de fornecer-lhes pesquisadores adequadamente treinados e, embora isso se deva em parte à guerra, deve ser reconhecido que as universidades não podem atender às necessidades de governos coloniais, a menos que estes governos façam provisões em seus estabelecimentos para receber pessoas com treinamento antropológico e experiência em trabalho de campo. No passado, existiram antropólogos do governo conduzindo pesquisas em alguns territórios. No momento, não há nenhum. Estes postos foram preenchidos por pessoas que já estavam a serviço do governo, de maneira que, enquanto muita informação foi registrada por pessoas como Rattray, Meek, e Williams, que de outra forma não teria sido registrada, seus postos não puderam ser considerados como futuras oportunidades por estudantes de departamentos universitários de antropologia. Governos coloniais também incentivaram a pesquisa contribuindo, direta ou indiretamente, com suas despesas. Assim, no Sudão Anglo-Egípcio, as pesquisas dos Seligmans, de Nadel, e minhas, foram total ou parcialmente financiadas pelo governo daquele país. Estes governos consideraram que não teriam mais responsabilidade sobre o

⁴ N.T. Tylor obteve o cargo de "Reader" e Haddon de "Lecturer", ambas posições intermediárias entre Professor Assistente e Professor em universidades britânicas, sendo o primeiro cargo hierarquicamente superior ao segundo.

⁵ N.T. O termo designa as antigas colônias com algum grau de autonomia que ainda faziam parte da Grã-Bretanha.

pesquisador quando o período de sua pesquisa terminasse, presumindo que, cedo ou tarde, ele receberia a nomeação para um cargo universitário. Claramente este procedimento não será suficiente no futuro se a quantidade de pesquisa nas colônias aumentar muito. A pesquisa só pode ser expandida em departamentos universitários concomitantemente à expansão de seus estabelecimentos de ensino.

Portanto, se as universidades devem fornecer os trabalhadores necessários para conduzir pesquisas nas colônias, além dos que realizam pesquisa em outros lugares, nem o destacamento de oficiais comissionados para fazer pesquisa antropológica, nem a criação de bolsas de pesquisa é suficiente. Um terceiro método pelo qual os governos coloniais esperam fazer uso da antropologia social deve ser visto na criação de institutos de pesquisa oficiais, mas de administração autônoma, como o Instituto Rhodes-Livingstone na Rodésia do Norte, o Instituto da África Ocidental, e o proposto Instituto da África Oriental. Infelizmente, estes institutos não podem ser providos, atualmente, de antropólogos adequadamente treinados, ainda que esse obstáculo possa ser, é claro, superado com o tempo. Uma dificuldade que não pode ser superada tão facilmente é a que já mencionei repetidamente: a desproporção entre postos de pesquisa temporários e cargos para lecionar em universidades. Porque, apesar de os institutos criarem alguns cargos administrativos permanentes, criam muitos mais cargos temporários, o que resulta em alguns pesquisadores sendo forçados, ao final de seus contratos de pesquisa com um instituto, a assumir alguma carreira que os afasta tanto da antropologia social quanto da administração colonial, as duas carreiras que mais lhes são apropriadas. Posso acrescentar que sou da opinião de que um padrão muito mais alto de pesquisa será mantido se for conduzido por universidades e não por institutos coloniais do tipo que mencionei, cuja função mais adequada é agir como centros de pesquisa locais, equipados com livrarias e museus, permitindo aos antropólogos trabalhar em qualquer território.

Conselheiros Antropológicos

Minha visão é a de que tanto a antropologia social como a administração colonial ganharão se os governos coloniais permitirem que a organização da pesquisa seja sediada em universidades e outras instituições científicas no país, ou nos Domínios, e nomearem, de sua parte, conselheiros antropológicos como membros de seu quadro administrativo, para que possam fazer o melhor uso possível dos resultados da pesquisa; pois só alguém com treinamento antropológico e experiência de trabalho de campo é plenamente capaz de interpretar e aplicar o conhecimento antropológico. Se quisessem fazer tais nomeações, deveriam, é claro, preenchê-las com pessoas de posição, experiência e antiguidade, externas ao serviço público, como às vezes se faz no caso de outros cargos técnicos nas colônias.

É importante que o antropólogo atuando como conselheiro ou consultor para uma administração seja membro pleno dela. Ele não pode aconselhar a administração sobre os efeitos de seus programas legais, educacionais, econômicos e outros programas sociais, na vida nativa, a menos que conheça a máquina burocrática de dentro, com total acesso aos

documentos do governo, e possa se reunir com chefes de repartições ao redor da mesma mesa como um igual. De outro modo, ele não será capaz de ver os problemas em seu contexto administrativo completo, bem como em seu contexto antropológico completo, para traduzir um problema administrativo em termos antropológicos e vice-versa, nem de falar como alguém que partilha a total responsabilidade pelas ações e políticas da administração. Administradores naturalmente se ressentem de conselhos de pessoas de fora da administração, mas aceitarão com prazer se vierem de alguém que possui a mesma lealdade que ele em relação à administração e pode, além disso, falar sobre alguns de seus problemas com um conhecimento específico que não possuem. Sol Tax observa, no artigo já citado (1941: 26), que apesar de ter passado dez anos pesquisando a antropologia social dos índios de Chiapas e da Guatemala, ninguém jamais lhe pediu assistência técnica para resolver problemas sociais da região. Outros antropólogos tiveram a mesma experiência. O professor Seligman certa vez me disse que, em todos os anos em que trabalhou no Sudão ou com problemas sudaneses, nunca lhe pediram um conselho e, na única vez que o deu voluntariamente, em relação aos fazedores de chuva das Montanhas Nuba, não foi aceito. Durante os quinze anos em que trabalhei em problemas sociológicos da mesma região, nunca me pediram conselhos sobre qualquer assunto. Se me permitem evocar minhas próprias experiências mais uma vez, contrastaria a posição que ocupei no Sudão como convidado do governo, e fazendo pesquisa às suas custas, com a que ocupei, ao final da última guerra, na Cirenaica, como Oficial de Questões Tribais na Administração Militar Britânica daquele país. Na Cirenaica, não fiz pesquisa antropológica alguma. Eu era um administrador a quem, em razão de seu treinamento e experiências passadas, era sensatamente atribuído, ou então permitido se auto atribuir, o trabalho de manter um contato mais próximo e menos formal com os árabes, em particular com os Beduínos, do que teria sido possível para um oficial da administração. Como parte de minhas tarefas, eu submetia ao Administrador Chefe relatórios sobre quaisquer problemas nativos que considerava que deveriam ser levados ao seu conhecimento, juntamente com recomendações sobre o que eu achava que deveria ser feito para resolvê-los, e comentários sobre qualquer medida proposta que poderia de algum modo afetar a vida e as instituições nativas. Minha posição me permitia, portanto, conhecer em primeira mão as necessidades e dificuldades árabes e levá-las ao conhecimento da chefia da administração. Eu também recebia todos os documentos com propostas que pudessem eventualmente prejudicar os interesses nativos e, quando necessário, expressava-me favorável ou contrariamente. Esse acordo funcionou muito bem. Posso acrescentar que sempre que me declarei em favor de uma proposta o Chefe da Administração e seus colegas acataram minha opinião e fizeram o que podiam para implementá-la. Afinal, o quadro administrativo de um governo colonial preocupa-se tanto quanto um antropólogo em que os povos nativos sob sua responsabilidade obtenham um acordo justo, e o que eles particularmente querem saber de um antropólogo é como fazer um acordo justo que melhor se adeque aos requisitos administrativos e à política imperial. Dando seu conselho, o antropólogo não agirá como um cientista com alguma experiência administrativa, mas como

um administrador com treinamento científico e conhecimento de um tipo especial. É lógico, portanto, que ele aconselhe tanto sobre política quanto sobre fatos.

Não vejo qualquer contradição entre antropologia aplicada neste sentido — o único sentido em que pode ser aplicada — e pesquisa pura. Ao contrário, diria que os dois são complementares. Um bom número de antropólogos constata, no decorrer de seus trabalhos de campo, que se tornam mais interessados em problemas e métodos administrativos do que em problemas e métodos científicos, e outros sentem que devem ter uma segurança maior do que uma carreira antropológica parece oferecer. É bom tanto para a antropologia social quanto para a administração que alguns desses homens se dediquem à administração colonial. Atualmente, são frequentemente perdidos para o ensino, pesquisa e administração. O treinamento oferecido pelos departamentos universitários e a experiência obtida na pesquisa deve produzir o tipo de mente que, provida de algum conhecimento de métodos administrativos, torna-se admiravelmente apta para aconselhar governos coloniais a respeito de problemas nativos e do tipo de pesquisa que se pode razoavelmente esperar de departamentos universitários e outros institutos científicos em seus territórios. Isto equivale ao seguinte: se os governos coloniais querem se valer do conhecimento antropológico, devem empregar antropólogos, e os antropólogos não estarão dispostos a isso se estes lugares não forem previstos pela administração. O valor do conselho antropológico para as administrações dependerá do avanço teórico geral da ciência, que depende da realização de pesquisas muito mais extensivas do que é possível atualmente, e o aumento da pesquisa, por sua vez, depende enormemente dos arranjos feitos para tais cargos antropológicos em estabelecimentos coloniais como eu sugeri, pois deve ser lembrado que, antes de alguém poder se qualificar para ocupar tal cargo, deverá ter feito uma quantia razoável de pesquisa.

Penso que devemos deixar esse ponto de vista bastante claro para o Departamento Colonial e para os governos coloniais. Devemos explicar que, por mais que queiramos ajudá-los, com os nossos atuais recursos limitados, a pesquisa antropológica não pode se expandir e certamente não acompanha o ritmo da deterioração de seu campo primitivo, de maneira que não podem esperar de nós que nos afastemos de nossa pesquisa científica e do ensino para investigar seus problemas práticos e aconselhá-los em suas políticas. Se querem pessoas qualificadas para auxiliá-los, devem criar cargos nas colônias para atraí-los. O trabalho científico pode então seguir sem os impedimentos das constantes distrações e desvios, e, ao mesmo tempo, o conhecimento que gera pode ser aplicado no campo da administração colonial, já que, existindo cargos em antropologia aplicada, um número suficiente de pessoas estará disposto a executar ambas as tarefas. As administrações coloniais não esperam ter o serviço de médicos, botânicos, geólogos e engenheiros sem dar-lhes funções em seus estabelecimentos. Por que deveriam esperar o serviço de antropólogos em diferentes condições?

Referências Bibliográficas

- HADDON, Alfred C. 1902. 'What the United States of America is doing for Anthropology', *J.R.A.I.*, vol. xxxii.
- HADDON, Alfred C. 1903. 'Anthropology: its Positions and Needs', vol. xxxiii, p. 11. *J.R.A.I.*
- HERSKOVITS, Melville J. 1936. 'Applied Anthropology and the American Anthropologists', *Science*, 6 de Março, vol. lxxxiii: 7.
- KEITH, A. 1917. 'How can the Institute best serve the Needs of Anthropology?', *J.R.A.I.*, 1917
- MYRES, John L. 1931. 'Anthropology, Pure and Applied', *J.R.A.I.*, vol. lxi.
- MYRES, John L. 1929. 'The Science of Man in the Service of the State', *J.R.A.I.*, vol. lix.
- SMITH, Rev. Edwin W. 1934. 'Anthropology and the Practical Man', *J.R.A.I.*, vol. Lxiv.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred. R. 1930. Report of the Australian and New Zealand Association for the Advancement of Science, Brisbane Meeting, Maio-Junho.
- SMITH, Rev. Edwin W. 1935 'Africa, what do we know of it?', *J.R.A.I.*, vol. lxxv
- TAX, Sol. 1941. 'Anthropology and Administration'. *América Indígena*, vol. v, no. 1: 26-7
- TEMPLE, Sir Richard C. 1914. *Anthropology as a Practical Science*, London.

sobre o autor

E. E. Evans-Pritchard

Antropólogo britânico, foi professor de sociologia africana e antropologia na Universidade de Oxford.

sobre a autora

Carmen Añon Brasolin

Mestranda em antropologia na Universidade de São Paulo e bolsista CAPES com pesquisa na área de etnologia indígena.

Financiamento: bolsa CAPES.

Recebido em 18/11/2021.

Aprovado para publicação em 17/06/2022.